

Infraestrutura

Município vencedor:

Piracema (MG)

População:

6.700 habitantes

(IBGE, 2022)

Características Gerais:

Município localizado na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, a pouco mais de 120 km da capital, Belo Horizonte. Em seu território se localiza parte da Serra da Tapera, onde se realiza um considerável empreendimento de extração de minério de ferro desde 2014.

Gestão municipal em 2023
Prefeito e Vice - Partidos

Gestão 2021 - 2024:

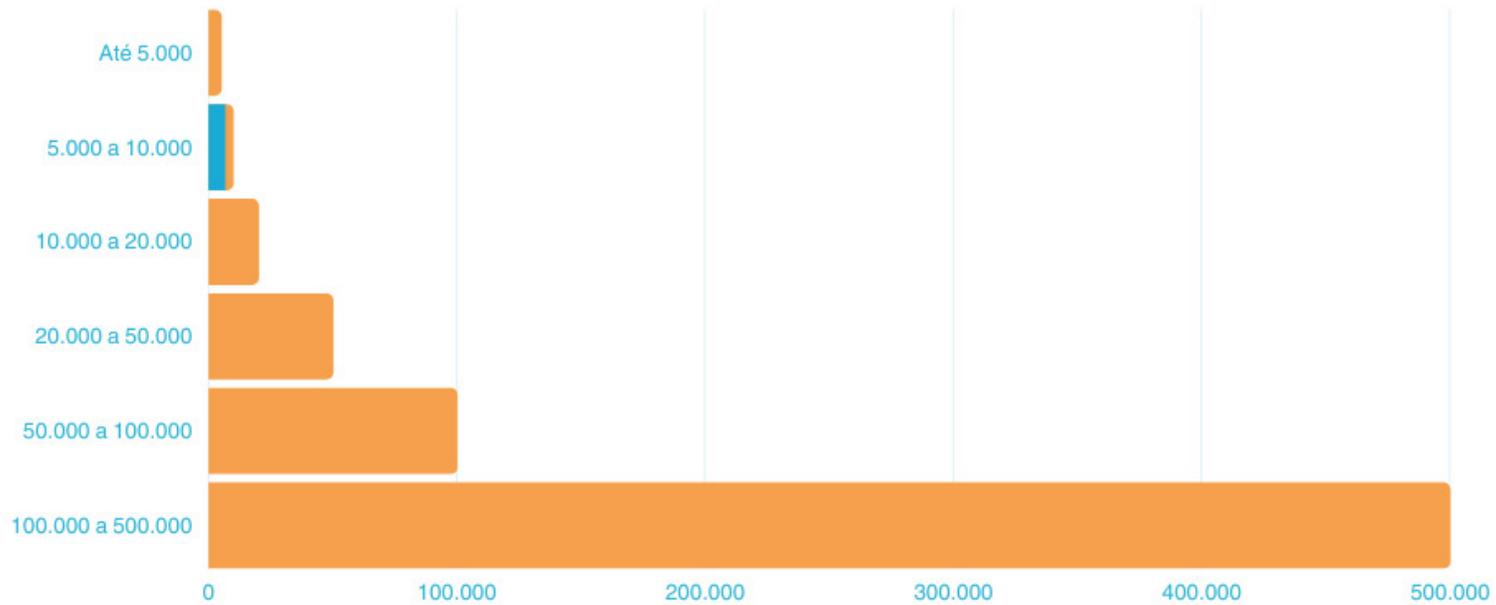
Prefeito **Wesley Diniz** - Lim (Avante)

Vice-prefeita **Ana Bruna** (Avante)

Municípios finalistas:

Infraestrutura

Canaã dos Carajás (PA)
Piracema (MG)
São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)



● Nº de habitantes - Piracema (MG)

O município é o ente da federação mais próximo da rotina dos cidadãos, nele que se acessam os serviços sociais básicos e nele que se transita, convive e se reproduzem as condições de vida. O pacto federativo construiu um espaço de autonomia para os entes que associou diretamente aos municípios a prerrogativa de gestão local de uma série de políticas.

As responsabilidades em relação à infraestrutura nos territórios são compartilhadas entre União, estados e municípios pois contempla uma série de setores que impactam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos: acesso à água encanada, oferta de transportes inter e intramunicipais, organização de serviços de saneamento básico, política de habitação e acesso a serviços de garantia de direitos básicos em geral.

Uma ação coordenada em relação à gestão das políticas nesses setores garante resultados mais efetivos devido ao caráter complexo e os efeitos estruturantes do investimento em infraestrutura. A administração articulada do território é condição fundamental para o desenvolvimento local nas perspectivas humana e econômica, em uma visão de sustentabilidade que contemple a inclusão social e o acesso compartilhado ao crescimento e oportunidades de investimento.

Além da provisão de serviços básicos ligados às políticas como educação, saúde e assistência social, são elencadas na Constituição algumas diretrizes para a gestão municipal no que diz respeito à infraestrutura, a partir da construção de políticas urbanas:

- **A gestão da política de desenvolvimento urbano**, que tem por fim a garantia do bem-estar dos habitantes e que organiza o desenvolvimento das funções sociais do território e espaço nas cidades.

- **A necessária construção (e periódica revisão) de planos diretores**, em cidades com mais de vinte mil habitantes, base da política urbana e orientadora da ocupação do território.

E, no que diz respeito à política agrícola, fundiária e reforma agrária, na ênfase na garantia do cumprimento da função social da propriedade rural, podendo cumprir função em auxiliar no acompanhamento do aproveitamento racional e adequado do território, com a preservação do meio ambiente e utilização adequada dos recursos naturais, a geração e manutenção de empregos com respeito ao trabalho digno e que gere bem-estar.

A partir de seu planejamento urbano, com ordenamento legal e diretrizes para ocupação do solo e crescimento sustentável da cidade, as principais responsabilidades diretas dos municípios em relação à infraestrutura são:

- **Saneamento básico:** é de competência municipal o fornecimento de serviços de saneamento básico, que podem ser articulados de maneira regional devido aos altos custos envolvidos em investimentos e manutenções na área. Os serviços de acesso à água potável, drenagem, tratamento de esgoto e gestão dos resíduos sólidos contemplam um grupo de políticas de caráter vital para garantir a qualidade de vida da população.
- **Mobilidade urbana e transporte:** responsabilidade em garantir condições de mobilidade com a construção, manutenção e operação dos sistemas viários no território local, além da prerrogativa de organização do sistema de transporte público local e seu grau de integração com os municípios do entorno.
- **Urbanização:** gestão da ocupação urbana, regularização fundiária e articulação dos processos urbanos com as outras áreas da gestão municipal.

- **Manutenção e conservação:** preservação dos equipamentos públicos e da infraestrutura existente no município com atividade de reparo, pintura, reforma, poda, entre outras.
- **Telecomunicações e tecnologia:** desenvolver iniciativas locais de acesso à tecnologia, internet banda larga e inclusão digital em geral.
- **Iluminação pública:** investir em programas de expansão da área de vias públicas com acesso à iluminação adequada, como medida de aumento da segurança e qualidade de vida da população.

No Prêmio Municípios Mineradores 2023, a categoria Infraestrutura foi avaliada por critérios que envolvem⁸:

- **o gasto direcionado à infraestrutura urbana no orçamento municipal;**
- **a avaliação em um indicador sintético que engloba o acesso a serviços na cidade: à água encanada, sistema de esgoto e coleta de lixo;**
- **a presença de estabelecimento com equipamentos SUS no território, e;**
- **a presença de equipamentos de Assistência Social no município**

Este conjunto de indicadores associados orienta uma avaliação que privilegia as gestões que comprometem seu orçamento com despesas nas áreas de infraestrutura e acesso a serviços urbanos essenciais de maneira conjunta com a garantia do acesso a serviços de políticas ligadas a direitos básicos, como em equipamentos de saúde e de assistência social, refletindo uma visão integrada do investimento em projetos de infraestrutura de impacto positivo no município.

A Infraestrutura no município de Piracema (MG)

O município de Piracema se destacou na categoria Infraestrutura pela avaliação positiva no conjunto de indicadores agregados na categoria. Os bons resultados alcançados podem ser associados ao engajamento da gestão em se comprometer com as necessidades de alocação de recursos para custeio e, também, de investimentos nas atividades e ações ligadas à infraestrutura no município.

A atual gestão municipal de Piracema destaca a área de infraestrutura como prioridade e foco de sua atuação, em uma visão que prioriza as necessidades da área rural do município, devido ao seu extenso território e a localização das atividades produtivas, de agropecuária e de mineração nestes espaços. Como algumas das iniciativas destacadas pela gestão estão melhoria de estradas e outra vias de mobilidade, melhoria de ponte, substituição de mata-burros, aquisição de equipamentos e máquinas pesadas, como retroescavadeiras para melhorar a qualidade de escoamento de produção e acesso à cidade.

(...) a infraestrutura aqui é uma grande necessidade, principalmente do produtor rural para o escoamento de sua produção, onde temos o destaque do leite. A gente sempre via a grande necessidade de investimento na infraestrutura. Somos um município com pouca população, menos de 7.000 pessoas, mas um município extenso, principalmente na zona rural, que abrange quase 1.000 km de estrada rural. A gente traça no planejamento fazer esse melhoramento de vias e calçamentos anualmente, melhoramento de máquinas de infraestrutura e, na educação, disponibilizar recursos para ônibus escolares.

Wesley Diniz (Lim), Prefeito de Piracema

Essa visão estratégica em relação aos investimentos em infraestrutura na área rural também levou em conta as desigualdades de oferta e acesso dos serviços em relação à área urbana e os impactos causados pelos eventos naturais na estrutura de mobilidade do município. Além da atenção à mobilidade e os impactos de eventos naturais no espaço, a gestão também se comprometeu com outras iniciativas ligadas à área que tem o potencial de grande impacto, como a instalação de painéis de conversão de energia fotovoltaica nos prédios públicos e captação de água para tais locais por bombeamento.

Além disso, a gestão municipal também está investindo para migração de todos os processos de gestão para meios digitais, de maneira a fazer uma rotina administrativa sem papel, incluindo, nesses esforços, o pregão eletrônico.

A gestão de Piracema, de maneira complementar aos esforços acima elencados, também apresentou compromisso com o diálogo com a população tendo destaque a atuação da ouvidoria e de um processo constante de interação com demandas apresentadas através do legislativo municipal

“ Temos o portal da transparência, um canal da ouvidoria e um outro canal muito importante que é o da Câmara Municipal, [no qual] a população se manifesta e isso chega semanalmente para nós. Recebemos todas as dificuldades da população através do canal de nossa ouvidoria e da Câmara Municipal, que recebe também sugestões, opiniões e reclamações. Isso chega até nós para efetuarmos essas melhorias nos locais onde são necessárias. A opinião do morador da área específica é muito importante, como o município é pequeno, a gente se vê em tudo, quase todo dia.

Wesley Diniz (Lim), Prefeito de Piracema

Também cabe destacar que a arrecadação de recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), permite aos municípios maior capacidade de financiamento de ações de instalação e manutenção de obras de infraestrutura, bem como de equipamentos que permitem o pleno usufruto dos cidadãos do município aos seus direitos.

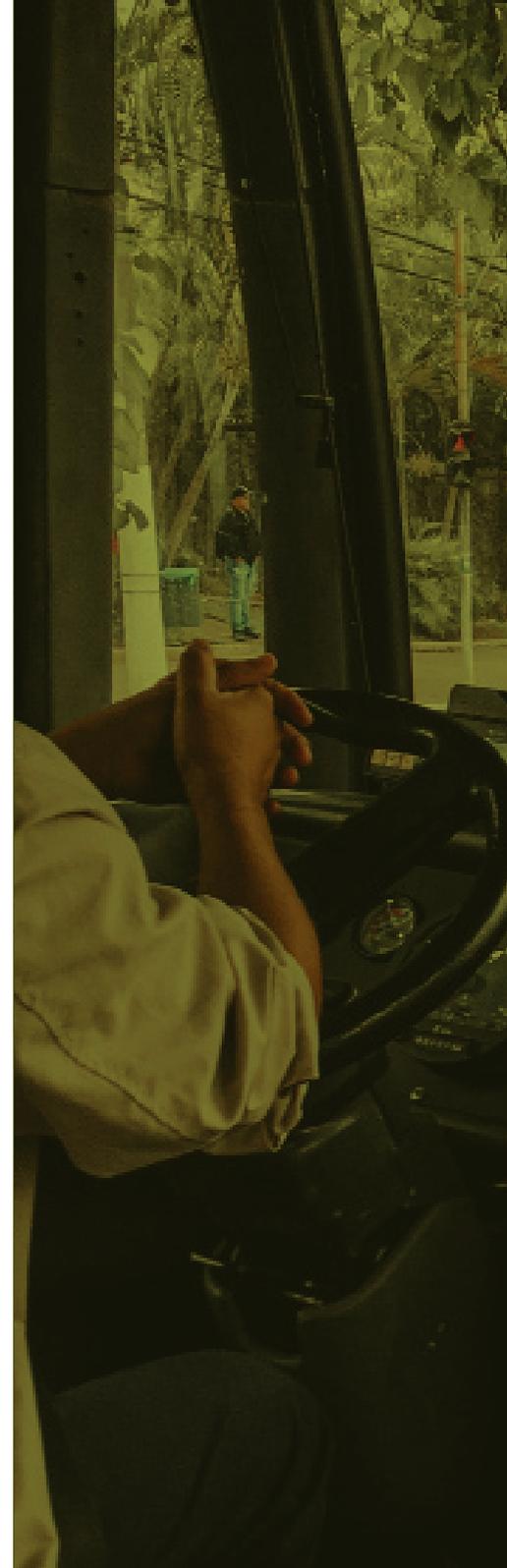
“ Quando o recurso do minério entra, ele nos dá a oportunidade de devolver para a população um investimento na infraestrutura, principalmente na questão da zona rural, onde é feita a parte da extração da do minério. A gente devolve para aquela população melhoria de vida.

Wesley Diniz (Lim), Prefeito de Piracema

Boas práticas e recomendações de **Infraestrutura**

A categoria de Infraestrutura do Prêmio Municípios Mineradores busca identificar e valorizar municípios que possuem gestões comprometidas com o investimento em infraestrutura que articulem uma ocupação adequada do território com as capacidades e potenciais de crescimento do município e o acesso aos direitos de seus cidadãos.

Indica-se abaixo algumas recomendações para a qualificação da intervenção municipal na área, pensando nos diversos setores que a contemplam e nos efeitos estruturantes de investimentos direcionados para tal:



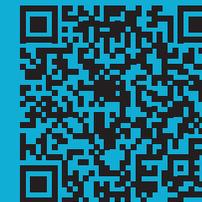


- 1 Articulação com a União e os Estados**, de maneira a pactuar os limites de atuação e termos de cooperação mútua, como na divisão de responsabilidades em relação ao planejamento urbano, saneamento e transporte local.
- 2 Mobilização local e articulação com municípios do entorno**, através de consórcios e conselhos locais, para viabilização de intervenções de alto impacto e abrangência, como complexos viários, estações de tratamento de água e esgoto, entre outros.
- 3 Utilização de diagnósticos** e outras informações de análise do município que indiquem territórios/ áreas estratégicas para investimento em obras e equipamentos públicos, que podem trazer maiores impactos para a qualidade de vida e possibilidade de desenvolvimento local.
- 4 Organizar processos internos** relativos à realização de convênios e parcerias, contratualizações, concessão de licenças no nível local, realização de licitações, fiscalização de empreendimentos e outras ações associadas à capacidade de execução de ações de infraestrutura, com vistas à simplificação dos procedimentos e garantia de pontos de controle.
- 5 Levantamento de fontes de financiamento**, através das receitas com a CFEM, parcerias com a iniciativa privada, convênios com os governos federal e estaduais.
- 6 Atenção à estrutura do planejamento orçamentário / financeiro do município**, com a identificação de possíveis riscos fiscais, como pagamento de precatórios, que comprometam maiores investimentos.

Referências adicionais

A seguir, reunimos algumas sugestões de materiais que podem servir de referência para reflexão e prática da qualificação da gestão municipal no que diz respeito à **infraestrutura**:

Guia para Implementação do Estatuto da Cidade - Material desenvolvido pelo Instituto Pólis e patrocinado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República e a Caixa Econômica Federal para apoiar a ação dos envolvidos na implementação do Estatuto da Cidade em todos os níveis de governo. Pode ser acessado no QR code ao lado.



Na **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes** são encontradas diversas recomendações para a implementação do conceito localmente, que reflete cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação. No espaço de divulgação da Carta também podem ser encontrados outros materiais como o **Guia Municipal de orientação para a gestão no nível local**. Outra iniciativa voltada para o tema é a ReDUS, com o propósito de apoiar pessoas e organizações a atuarem em rede para construir um futuro mais sustentável para nossas cidades.

Acesse a Carta:



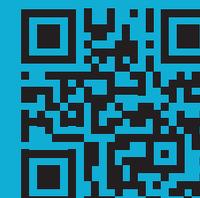
Acesse o site de divulgação da Carta:



Acesse o Guia Municipal:



Acesse o ReDUS:



Publicação sobre o novo **Marco Legal do Saneamento Ambiental** - Trabalho realizado pelo Tribunal de Contas do estado de São Paulo, para apresentar mudanças introduzidas no novo Marco Legal de Saneamento Ambiental. No site do antigo Ministério da Economia, com perguntas e respostas sobre alternativas disponíveis aos municípios diante do Novo Marco Legal de Saneamento. Acesse o Marco Legal do Saneamento no QR code ao lado.



Referências adicionais

Acesse perguntas e respostas sobre o Novo Marco Legal no QR code ao lado.



Material **Política e Plano Municipal de Saneamento Básico** - Obra produzida em parceria entre a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para apoiar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, disponível no QR code ao lado.



Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) - Conteúdo elaborado pela a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades que objetiva instrumentalizar os municípios para que atendam a exigência de elaboração de seus Planos e fornece subsídios para o planejamento da mobilidade urbana. Acesse no QR code ao lado.



Guia Básico para Gestão Municipal de Trânsito - Instrumental desenvolvido Departamento Nacional de Trânsito - Denatran, que almeja fornecer informações fundamentais sobre os aspectos da boa gestão do trânsito local, servindo como orientação à gestão dos órgãos ou entidades municipais de trânsito, podendo ser lida no QR code ao lado.



Manual para apresentação de propostas orçamentárias de Mobilidade Urbana - Desenvolvido no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, busca dar orientação para construção e apresentação de propostas orçamentárias direcionadas com aporte financeiro do Orçamento Geral da União (OGU) no Programa Orçamentário 2219 Mobilidade Urbana, que possui objetivos consoantes com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, disponível no QR code ao lado.



Caderno Técnico de Referência: Gestão do Sistema de Transporte Público Coletivo - Produzido pelo Ministério das Cidades no âmbito da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável que busca instrumentalizar os gestores no nível local em relação aos processos administrativos envolvidos no processo de gestão do sistema de transportes públicos coletivo acesso possível no QR code ao lado.

